

**A MORALIZAÇÃO DO SUJEITO PELA HONESTIDADE EM LIVROS DIDÁTICOS  
BRASILEIROS PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS****LA MORALIZACIÓN DEL SUJETO A TRAVÉS DE LA HONESTIDAD EN LOS LIBROS DE  
TEXTO BRASILEÑOS PARA LA EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS****THE MORALISATION OF THE SUBJECT THROUGH HONESTY IN BRAZILIAN  
TEXTBOOKS FOR YOUTH AND ADULT EDUCATION**

---

Anderson de Carvalho Pereira<sup>1</sup>

---

Fecha de recepción: 18 -11- 2021

Fecha de aceptación y versión final: 06 -05- 2022

**Resumo**

Alguns livros didáticos utilizados no campo da EJA no Brasil, ao abordar questões do cotidiano, identificam o sujeito comum a um código moral. Na análise aqui apresentada se destaca o tema da honestidade. A partir de uma investigação indiciária e discursiva, que incluiu uma revisão histórica sobre o tema da honestidade no Brasil, recortamos da materialidade composta por estes livros didáticos sete sequências discursivas derivadas desta zona de sentidos sobre honestidade. Nosso objetivo foi analisar que sujeito é este, cujo lugar é construído pelo livro e quais dizeres e quais formações imaginárias neste universo semântico e discursivo acobertam evidências ideológicas de um código moral. Concluímos que esta opção tal como também indicamos nas sequências discursivas aqui analisadas indica que os livros didáticos para EJA analisados supõem que o sujeito-aluno da EJA está imerso em uma ignorância a ser contornada e resolvida por uma seleção prévia, um decalque anterior pelo qual o livro didático garante refúgio para se acercar de uma moralização. Ao indiciar um sujeito da EJA pela moral e pela honestidade, estes livros didáticos o assujeitam à forma individual do “bom sujeito” da EJA.

**Palavras chave:** educação de jovens e adultos -análise do discurso - livros didáticos - ética - moral.

---

<sup>1</sup> Doutorado em Ciências (Psicologia) pela Universidade de São Paulo (campus Ribeirão Preto) e estágio doutoral na Universidade de Paris XIII (campus Villetaneuse). Foi professor da disciplina “Abordaje discursiva de literacidad: determinantes políticos y prácticas sociales baja escolaridad y escolaridad nula y en la Educación de Jóvenes y Adultos” na Pós-Graduação em Letras y Ciencias de la Educación da Universidade Nacional de Córdoba, em 2015. Atualmente professor titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, nas licenciaturas do campus de Itapetinga e no Programa de Pós-Graduação em Educação do campus de Vitória da Conquista. Correo electrónico: [apereira.uesb@gmail.com](mailto:apereira.uesb@gmail.com)

## Resumen

Algunos libros didácticos utilizados en el campo de EJA en Brasil, al abordar cuestiones cotidianas, identifican el tema común con un código moral. En el análisis que aquí se presenta, se destaca el tema de la honestidad. Con base en una investigación probatoria y discursiva, que incluyó una revisión histórica sobre el tema de la honestidad en Brasil, seleccionamos de la materialidad compuesta por estos libros de texto siete secuencias discursivas derivadas de esta zona de significados sobre la honestidad. Nuestro objetivo fue analizar quién es ese sujeto, qué lugar construye el libro y qué dichos y qué formaciones imaginarias en este universo semántico y discursivo encubren la evidencia ideológica de un código moral. Concluimos que esta opción, como también indicamos en las secuencias discursivas aquí analizadas, indica que los libros didácticos de EJA analizados asumen que el sujeto-alumno de EJA está inmerso en un desconocimiento a sortear y resolver mediante una selección previa, una etiqueta por lo que el libro de texto garantiza un refugio para acercarse a una moralización. Al acusar a un sujeto de EJA de moralidad y honestidad, estos libros de texto lo sujetan a la forma individual del “buen sujeto” de EJA.

**Palabras clave:** educación de jóvenes y adultos- análisis del discurso – libros didácticos – ética - moral.

## Abstract

Some didactic books used in the field of Youth and Adult Education (YAE) in Brazil, when dealing with everyday issues, identify the common theme with a moral code. In the analysis presented here, the theme of honesty is highlighted. Based on an evidential and discursive research, which included a historical review on the topic of honesty in Brazil, we selected from the materiality composed by these textbooks seven discursive sequences derived from this zone of meanings about honesty. Our aim was to analyse who this subject is, what place the book constructs and what sayings and imaginary formations in this semantic and discursive universe conceal the ideological evidence of a moral code. We conclude that this option, as we also indicated in the discursive sequences analysed here, indicates that the YAE didactic books analysed assume that the YAE subject-student is immersed in a lack of knowledge to be circumvented and resolved by means of a prior selection, a label for which the textbook guarantees a refuge in order to approach a moralisation. By accusing a YAE subject of morality and honesty, these textbooks subject him or her to the individual form of the ‘good subject’ of YAE.

**Keywords:** youth and adult education - discourse analysis – didactic books - ethics - morals.

## 1. Introdução

Alguns livros didáticos utilizados no campo da EJA no Brasil, sobretudo na última década, chamam a atenção pela recorrência dos temas: trabalho, moradia, consumo, nacionalidade, honestidade.

Como se nota, trata-se de questões caras às sociedades capitalistas modernas. A relação entre o direito à terra e à moradia e os direitos humanos fundamentais e uma moral burguesa dos costumes parece pretender assegurar, como se nota em alguns livros, um lugar estável semanticamente ao trabalhador e ao consumidor.

Notamos inicialmente, portanto, que alguns destes livros estabelecem processos de identificação do sujeito comum a um código moral, ao abordar questões da sociedade brasileira. É o caso do livro de Aoki (2013), que exhibe de modo transversal nas disciplinas elencadas, questões sobre o cotidiano da sociedade brasileira; e o livro de Souza, Passos, Passos, Bruzaroschi, Giaretta, Cavalcante, Prado (2013a, 2013b), em que se destaca a abordagem de um capítulo (ou unidade) sobre honestidade. Ambos já analisamos tendo por base processos de identificação em comportamentos de deferência (Pereira, 2021).

Diante deste cenário, perguntamos: por que um livro destinado a brasileiros adultos no campo da EJA deve abordar honestidade? Que sujeito é este, cujo lugar é construído pelo livro? Quais dizeres e quais formações imaginárias neste universo semântico e discursivo acobertam evidências ideológicas de um código moral?

Em meio à disputa de sentidos para “honestidade” e “honestidade do brasileiro” em específico, mobilizamos algumas questões já investigadas em trabalhos anteriores (Pereira & Tfouni, 2020; Pereira, 2021) e a partir de autores como Pêcheux (1988) recortamos fragmentos da materialidade composta por estes livros.

Afinal a que tipo de “bom sujeito” (Pêcheux, 1988, p.215) o livro didático almeja e que se alinha à questão da honestidade? Para seguir este debate apresentamos alguns aspectos teóricos.

## 2. Aspectos Teóricos - Cordialidade, malandragem, jeitinho, honestidade e corrupção no Brasil: um retrospecto crítico

Pêcheux (1988) explica que o sujeito emerge, de forma contraditória, justamente pela formação discursiva (FD) que o domina. Ocorre que a complexidade desta manobra disfarçada é levada a termo a partir de um “desdobramento” (p. 214) entre elementos pré-construídos e seus efeitos de universalidade e os discursos transversos (ou articulação) que estabelecem a relação do sentido com a forma-sujeito.

Este desdobramento assume três modalidades. A primeira destas, a que sobrepõe sujeito da enunciação e sujeito universal faz com que a tomada de posição

ocorra sob a forma do “livremente consentido”, ou seja, é um caso em que a FD o determina e o sujeito “sofre cegamente esta determinação” (p. 215).

No caso desta pesquisa, nossa principal questão é: que “bom sujeito” é este que o livro didático para EJA apresenta sob a forma-sujeito do “bom sujeito” que parece aceitar suas prescrições cegamente?

Uma grande quantidade de livros e outros materiais didáticos sobre EJA circula no Brasil é publicada por diversas editoras. Acreditamos que esta materialidade circunscreve um lugar do sujeito da EJA. Em pesquisas anteriores mais recentes, notamos que alguns destes livros, como no caso do livro do Programa de Alfabetização de Adultos do Estado da Bahia (Brasil), traziam seções sobre a rotina do consumidor. Um lugar decisivo que opera com o desconhecimento do sujeito sobre a interpelação ou efeito ideológico elementar, trafega pelo percurso da formatação de um lugar de sujeito-alfabetizando consumidor (Pereira e Tfouni, 2020).

Outra análise no universo destes materiais foi, também em período recente, o destaque dado em seções de alguns dos livros destinados à EJA, às seções que cotejam ensinar aos educandos modos de se portar em um debate, exposição, viagem de turismo, pedido de emprego. Esta aura de perfil coaching, ou orientador de carreira, ou mesmo de guia de tendências nos chamou muito a atenção. Parecia estar em consonância com a chamada era do empreendedorismo ou da autoajuda, da hipertrofia do self made man e do sucesso ou fracasso individual. Ao analisar com mais acuidade o alcance desta circunscrição de lugar afim ao lugar do alfabetizando sujeito-consumidor nos deparamos com uma normativa prescritiva de comportamentos de deferência (Pereira, 2021).

Em decorrência, sobretudo, da análise de que decorre a publicação do último trabalho aqui mencionado, começamos nossa análise com o intuito de mostrar como formações imaginárias em torno do lugar do sujeito-aluno da EJA em material recentemente publicado no Brasil segue esta linha de uma moralização do sujeito. Para isto, iniciamos um resgate resumido do debate em torno dos aspectos culturais com valor sociopolítico sobre o tema da honestidade no Brasil.

Para este recorte, fizemos no decorrer da própria análise um resgate histórico de alguns aspectos da discussão sobre honestidade no Brasil, que em seguida retomamos na análise; mesmo porque na abordagem discursiva aqui utilizada teoria e análise se imbricam. De modo mais amplo, a revisão teórica abaixo focou mais nos aspectos sócio-políticos e culturais do tema da honestidade.

Um dos mais lidos sociólogos da atualidade no Brasil, Jesse Souza (2019) nos explica que parte da crença de que o brasileiro seria desonesto por natureza tem herança no cientificismo das teorias racistas que nos imprimiu do século XIX até meados do século XX a marca do “atraso civilizatório” e que dominaram a leitura sobre o cotidiano e um “perfil” ou “caráter” do brasileiro.

Somam-se a isto, algumas heranças de teóricos mais contemporâneos, dentre estes Sérgio Buarque de Holanda (1995) e Roberto da Matta (1997), por exemplo, que teriam contornado em parte este determinismo mais explícito e incorrido no apanágio do academicismo para justificar o tal atraso com uma roupagem mais palatável e que foi incorporada aos discursos do cotidiano contemporâneo, na Universidade e fora dela.

Recentemente a obra de Jessé de Souza (2019) tem se destacado por fazer uma crítica afiada ao moralismo do combate à corrupção. Um dos eixos deste pensamento que aparece, sobretudo, em seu livro “A elite do atraso” é que a obra de Sérgio Buarque de Holanda teria pegado carona no pioneirismo do culturalismo crítico de Gilberto Freyre que superou a crença na inferioridade civilizatória brasileira em nome de um enquadre do homem cordial do qual se destacaria uma espécie de inferioridade moral.

Desde a grande imprensa, passando pelo humor cotidiano, na resolução de conflitos nos esportes e na política, e mesmo na desconfiança de uns pelos outros, no Brasil parece tácita a crença de que “somos todos desonestos até que se prove o contrário” (expressão nossa). Inclusive o Estado seria formado pela somatória de um patrimonialismo decorrente da instituição de um homem cordial vira-lata em sua esfera pessoal e institucional. Sérgio Buarque teria adaptado esta discussão weberiana sem considerar que não se aplicaria ao caso brasileiro (Souza, 2019).

Em resumo, Souza (2019) defende que foi criada uma crença ideológica no brasileiro vira-lata, a partir da dicotomia entre afeto e corpo para este versus o espírito idealizado do norte-americano e do europeu. O animalesco teria ficado na emoção do homem cordial, e a impessoalidade junto da honestidade e da incorruptibilidade destes povos do hemisfério norte.

Esta crença disfarça falcatruas como as do mercado nas nações protagonistas do Capitalismo internacional na crise de 2008, por exemplo; bem como disfarçaria em Holanda (1995) o modo como a capitalização das relações pela sua tese do personalismo - e do capital do homem cordial e sua versão sobre o jeitinho em Da Matta (1997) e, acrescentamos Barbosa (1992) -, como um modo de esconder que quem manobra as relações econômicas ou culturais já possui de antemão privilégios extraídos da penúria da extrema desigualdade. Mas vejamos mais de perto, de forma resumida estes autores debatidos em Souza (2019).

Para explicar a cordialidade do homem brasileiro, Holanda (1995) recorre a uma narrativa, quase em formato de fábula, a história de um negociante da Filadélfia que teria tido que se tornar amigo dos locais para negociar, no Brasil, e também na Argentina. Adiantamos este caráter de fábula, pois ele será elemento relevante para a análise a seguir.

Mais adiante, explica que a cordialidade como contribuição brasileira à civilização, este “traço definido do caráter brasileiro” (expressão de Holanda, 1995, p.146) trouxe dos modos de convívio do meio patriarcal rural um respaldo emotivo e

também controlador, incluindo a aversão ao ritualismo e a contraditória familiaridade e humanização no modo inclusive de se ligar com o sagrado na figura dos santos católicos. Os santos, por vezes, são afagados por conversas, apelidos, negociações.

Este respaldo veio por meio de um mandonismo em que o mandatário ganha ares quase de divindade. Indo na contramão da polidez, o convívio do brasileiro ganha roupagem de disfarce para manter o jogo sensível da aproximação pelo interesse marcado pelas emoções. Neste ponto, uma máscara ante o social mostra o cumprimento aparente de regras, algo protocolar, por vezes, à revelia de sua legitimidade social, fazendo prevalecer uma supremacia individual. Isto não esconde por completo que há um dilema provocado, mesmo que se perceba liberto de viver apoiado nos próprios interesses contrariando parte do interesse social que se volta contra si mesmo (Holanda, 1995).

Holanda (1995) aponta o homem cordial brasileiro nos dilemas do homem americano em escala continental, e mostra um duplo de si mesmo, uma alteridade complexa e contraditória. Ao revisitar esta discussão, Roberto da Matta (1997) analisa como o enunciado “você sabe com quem está falando?” marca o autoritarismo patriarcal acima mencionado e a segmentação rígida de normas e o dilema do anonimato no cumprimento de regras entre diversos grupos sociais no Brasil.

O arremate do uso deste enunciado para driblar o uso anônimo e impessoal de uma regra ou lei é autoritário e se refugia muitas vezes no poder econômico; ou no cargo ou função ocupado temporariamente pelo indivíduo que dele faz uso, driblando a legitimidade da lei constituída e a substituindo por uma lei mais palatável aos seus interesses pessoais. O autor, em suma, desenvolve a tese de Holanda (1995) aferindo-lhe alguns aspectos do cotidiano mais atual.

O manejo das regras pela população em geral e o modo como as elites subvertem a hierarquia das necessidades e a consciência social das regras, entre a burocracia e o interesse pessoal ou a sobrevivência em meio a conflitos e outras dificuldades, é o foco. Nesta linha, ao analisar o espaço da casa e da rua e suas contradições, o autor explica que a herança da casa patriarcal do período colonial se espalha no mundo urbano contemporâneo (Matta, 1997).

Neste último, muitas vezes, lidar com o imprevisto traz heranças do modo de lidar com a casa da era colonial; por isso, muitas vezes “expulsar de casa” pode significar apartar ou excluir de forma violenta de um espaço social um indivíduo ou grupo indesejado por um grupo dominante que manipula de forma autoritária o cumprimento impessoal das regras. Ocorre que há uma margem de negociação para este cumprimento e este manejo da lei oficial, das regras e o modo como ambas são legitimadas ou não (Matta, 1997).

Deste manejo, é que se extrai o malandro como uma das figuras emblemáticas do jeitinho, pois a personificação do jeitinho ressalta a ambiguidade na margem da tensão e do confronto do cotidiano brasileiro; entre legalidade e honestidade e ilegalidade e desonestidade (Barbosa, 1992).

Decorre disso que as teses de Holanda (1995) e Matta (1997), conforme Souza (2019) podem ter reduzido a questão, ignorando aspectos mais complexos da dominação cultural unilateral vinda de países ditos desenvolvidos e em uma idealização da condução de vida dos mais ricos que disfarçam seu acesso ao capital econômico, cultural e político para manter privilégios; somado a isto, um valor estético de mérito, esforço, disciplina, reconhecimento social, prestígio e até mesmo de diferencial inato, por meio de uma moralização dos costumes. Por conta disso, para Souza (2019), a leitura que estes autores fazem: “[...] além de colonizada e servil, típicas dos intelectuais do viralatismo que nos domina até hoje, não obstante se tornou uma espécie de segunda pele para os brasileiros” (p.98).

Em seu livro, Souza (2019) analisa a fala do ministro Luís Barroso do Supremo Tribunal Federal feita em uma Universidade norte-americana como porta-voz da leitura dos autores supracitados, em que o ministro explica o patrimonialismo e a cordialidade. Ao analisá-la Souza (2019) arremata:

patrimonialismo e personalismo, assalto ao Estado e o “jeitinho brasileiro” do “homem cordial” estão umbilicamente ligados, e um não existe sem o outro. Os dois parágrafos do ministro não me deixam mentir. Um explica o Brasil na dimensão institucional e o outro na dimensão subjetiva e interpessoal. Obviamente, de modo muito conveniente, a instância do mercado e, portanto, do poder dos proprietários, é tornada invisível e só resta ao Estado como amálgama institucional e prolongamento do jeitinho supostamente brasileiro do homem cordial. (p.197)

Por este caminho, Souza (2019) também destaca o papel da mídia nacional, que ratifica grande parte destas “verdades da sociologia científica nacional” (expressão nossa) e deste modo, poderíamos dizer, retroalimenta um sistema de auto-percepção do sujeito comum nacional como atrasado, corrupto por essência e por excelência. Neste ponto, faço uma ressalva breve à crítica de Souza (2019) feita à Holanda (1995). Em alguns aspectos, esta crítica parece centrar-se mais aos usos elitistas feitos da obra de Holanda, mas não detalharemos estes meandros.

Ratificamos a crítica de Souza (2019), por seu refinamento e engajamento, como contradiscurso. É sabido, a evidência do brasileiro corrupto é cotidianamente pautada pela grande mídia nacional. Por vezes, há alguma narrativa contada, sobretudo, para evidenciar em um caso de corrupção o alcance do “caráter brasileiro” do agente supostamente corrupto. Com isto, há a simulação de um dilema que, como notamos, indica ao leitor um desfecho, uma escolha simulada sobre de que lado o sujeito-leitor ou ouvinte deveria estar e a posição “correta” a ser tomada; sempre do lado da honestidade sobre a qual a grande mídia lançaria luzes e a qual acrescentamos o procedimento do livro didático na mesma região discursiva.

Antes de analisar como o livro didático clarearia esta moral “correta”, ao sustentar um processo de moralização do sujeito da EJA pela honestidade, vejamos um exemplo retirado da mídia impressa brasileira:

Nascido no Brasil, em Rondônia, com ascendência libanesa e cidadania francesa, ele diz que sua origem o deixou com um sentimento de ser diferente, o que o ajudou a se adaptar a novas culturas. (seção “Quem é Carlos Ghosn?”; retirado de “Preso no Japão Carlos Ghosn, brasileiro que virou ‘titã’ da indústria automotiva”. 19/11/2018, Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-46258868> (acesso em 8/11/2021).

Embora com nacionalidades diferentes que, conforme a reportagem permitiriam ao investigado “se adaptar a novas culturas” a ratificação da desonestidade do “brasileiro” (“O” brasileiro como lugar que não existe “em si”, neste caso, é deixado de lado), aparece na manchete. Afinal, trata-se de um brasileiro “que virou ‘titã’ da indústria automotiva” e está preso no Japão. A reportagem assegura um lugar ao leitor para “provar para si mesmo o que já sabe”, a desonestidade do brasileiro.

No atual cenário político do cotidiano brasileiro, uma das decorrências deste lado “certo” da condenação moral da “suposta corrupção” alimentou uma judicialização da política e de, no meu entender, vingança política e linchamento moral arbitrário.

Obviamente, os casos de corrupção devem ser sempre investigados por instituições autônomas, democráticas e sólidas do Estado. Todavia, o que se viu em período recente foi uma corrida para salvaguardar a defesa de uma “pureza moral” (expressão nossa) que, concorde Souza (2019), configura a corrida da “corrupção dos tolos”, dada a própria insignificância do capital recuperado pela operação Lava-Jato, por exemplo, em proporção desigual à destruição do patrimônio nacional.

Recentemente, muito debate público e pesquisas, como a própria edição revista e ampliada do livro de Souza (2019), encorpam o debate sobre a relação desta cruzada anti-corrupção com o neofascismo no Brasil. Esclarecida esta conjuntura e recuperado parte do percurso histórico-discursivo da questão da honestidade passamos à formação do corpus e à análise.

### **3. Questões metodológicas – a formação do corpus de análise**

E A par o fato de que algumas críticas feitas por Souza (2019) possam ser debatidas e revisitadas dada a complexidade da obra de Holanda (1995), concordamos que há um tipo de colonização simplista de mentalidades que sustenta uma evidência disfarçada na trama dos conceitos de cordialidade, malandragem, jeitinho, corrupção dentro de um espectro mais amplo de graus de honestidade. Ocorre que nossa perspectiva teórica se separa um pouco de Souza (2019) neste ponto.

Para nós, o itinerário que mostra a rede de conexão entre os autores de materiais didáticos aqui analisados e a mentalidade colonialista de parte do meio universitário brasileiro também pode ser entendida como efeito da interpelação



ideológica por esta posição de sujeito do discurso constituído pela ideologia. Por este caminho, o conceito de sujeito que emerge entre significantes e nas lacunas entre a ilusão da origem e o efeito dos sentidos da História na língua (Pêcheux, 1988) é o pressuposto teórico-metodológico para a análise que apresentamos adiante.

Isto posto, vamos apresentar no corpus como estas questões aparecem em livros didáticos que circulam no Brasil contemporâneo no campo da EJA. Não se trata de avaliar cada livro ou seu conjunto, nem tampouco de contabilizar aspectos positivos e negativos de cada qual.

Trata-se de sustentar um debate sobre o propósito mais amplo da abordagem da questão da honestidade em meio às questões do trabalho e do cotidiano. É sabido que os livros didáticos em grande maioria optam pelo eixo parafrástico. A este respeito ver Assolini (1999). Em muitas atividades a cópia ainda é privilegiada em detrimento do debate.

Partimos destes indícios (Ginzburg, 1989) tomados como marcas de um lugar no sujeito nos livros analisados. Especificamente, todavia, focamos nossa análise em posições-sujeito atravessadas pelas evidências ideológicas e por formações imaginárias (cumprimento de expectativas, de crenças, etc) sobre honestidade do brasileiro.

Deste ponto de vista, a revisão aqui mobilizada a partir de Souza (2019) serve como um tipo de resgate do interdiscurso, do “já dito” que criou uma estabilidade semântica e a evidência da “desonestidade” do brasileiro.

Obviamente o simbólico e o imaginário na abordagem discursiva aqui tratada não tem nacionalidade, mas a recuperação dos sentidos que circulam no espaço circunscrito por uma “identidade” nacional é valiosa, a começar pelos efeitos de sentido do “ser brasileiro”. No imaginário comum, vale lembrar, quando se enuncia “o brasileiro” está marcado um efeito de separação (como se fosse possível) entre aquele que fala (mesmo sendo brasileiro/a) e aquele de quem se fala.

Notamos também que o esforço para abordar a questão em tela, intitulada como “o valor da honestidade” em Souza et al. (2013b) também faz parte de uma moralização do cotidiano. Não à toa na sequência das atividades desta seção há a apresentação de fábulas.

Como já mencionamos, nossa materialidade de análise se concentrou inicialmente na análise do livro de Aoki (2013) e de dois livros editados por Souza et al. (2013a, 2013b). Entretanto, o livro de Aoki (2013) não aparece no corpus de análise, tendo sido apenas consultado por conta da continuidade desta pesquisa em relação a Pereira (2021). Portanto, a análise aqui apresentada se concentra em Souza et al. (2013a, 2013b).

Em suma, embora tenhamos consultado outras coleções, demos destaque na análise a dois volumes da série “É bom aprender”, isto porque estes volumes trazem questões fundamentais de comportamento de deferência analisadas em publicação

anterior (Pereira, 2021). Portanto, o critério de escolha para a formação e análise do corpus foi a continuidade desta questão já inicialmente pesquisada e que aparece aqui na forma de uma continuidade de uma investigação mais ampla.

Na contracapa dos dois volumes de Souza et al (2013a, 2013b) aqui analisados notamos marcas que indicam algumas pistas (Ginzburg, 1989) do lugar de enunciação e da circulação destes exemplares. Não foi exatamente este nosso foco de análise, mas vale a pena dizer que se trata de uma grande editora brasileira e com autores das áreas de licenciatura das mais diversas áreas.

Em uma perspectiva foucaultiana, um caminho a ser tomado poderia ser o da análise da emergência ou da assunção da abordagem do tema da honestidade e livros didáticos para EJA. Destacamos que não é este nosso objetivo, uma vez que na análise aqui proposta, cujo referencial privilegiado é a AD pecheutiana, abordamos os efeitos de anterioridade da disputa de sentidos sobre honestidade a circular no interdiscurso.

É deste corpus que extraímos a análise que também foi conduzida por conceitos presentes sobretudo na abordagem discursiva de Pêcheux (1988) e nas noções de recorte, como unidade de sentido decalcada de uma questão (Orlandi, 1996), e de sequência discursiva (doravante, SD), tal como aparece em Courtine (2014), cuja ênfase está no plano da enunciação.

Tal como apresentada a análise está dividida em SDs que aparecem em destaque (citação literal), a partir do modo como aparecem filiadas à zona de sentido sobre honestidade nos livros didáticos analisados.

#### **4. Análise do corpus**

No volume 2 da coleção “É bom aprender” (Souza et al., 2013a), na seção de atividades de “produção oral” há perguntas sobre conduta dos alunos em situações cotidianas. Em específico, uma questão do campo ambiental nos pareceu aliada à zona de sentidos sobre honestidade. Em uma estratégia de falar de X (meio ambiente) para se referir a Y (honestidade), o livro didático solicita em uma de suas atividades a escolha de uma alternativa. Vejamos:

SD1 - Analise seriamente cada uma das situações apresentadas a seguir e escolha uma das opções. a) Você é convidado a visitar uma ilha e encontra conchas e pedras belíssimas. Sua atitude é: • Não levar nada embora para preservar o local, a fim de que outras pessoas tenham o mesmo direito de conhecer as belezas naturais que aí estão. • Pegar várias conchas e pedras para levar de lembrança. Afinal, ainda sobrou bastante para quem quiser conhecer o lugar. (Souza et al., 2013a, p. 18)

A manobra enunciativa desta sequência discursiva faz o indivíduo se auto-perceber pela via da interpelação em sujeito culpado por uma degradação ambiental em questão. Ocorre que as duas opções apresentadas atuam de forma distinta, a

saber: a primeira faz equivaler “não levar nada embora” e “direito de conhecer”; na segunda, para “pegar várias conchas e pedras” haveria uma justificativa universal (“ainda sobrou bastante para quem quiser conhecer o lugar”).

Desta forma, o livro instaura um dilema moral no sujeito-aluno da EJA: ou leva algo embora e não deixa nada para o outro conhecer ou não leva nada embora e não viola o direito do outro conhecer o local. Embora seja relevante a discussão sobre degradação ambiental nas suas mais variadas formas questionamos o porquê da culpabilidade individual pela via de uma moralização da honestidade ser colocada em primeiro plano neste campo do conhecimento. Dificilmente, alguém ousaria escolher a segunda opção e bancar a vigia dos demais em uma situação de sala de aula, por exemplo.

Somada a esta exposição pública, o livro coloca em primeiro plano este dilema moral, sem abordar questões ambientais mais decisivas, a saber: os grandes derramamentos de petróleo; o desperdício de água pela indústria; a emissão de metano pela agropecuária. Todavia, faz o sujeito-aluno acreditar implicitamente em slogans subjacentes como “se cada um fizer sua parte”, ignorando que em se tratando de degradação ambiental e interesses do grande Capital privado as partes são desiguais e inconciliáveis.

Ao seguirmos com a análise do volume 3 desta mesma coleção “É bom aprender” (Souza et al., 2013b), notamos a destinação de todo o quinto capítulo, intitulado “o valor da honestidade”, para este “objeto” de disputa do sentido. Na SD2, no início deste capítulo, há o pressuposto da desonestidade, visto em:

SD2- Muitas vezes, pensamos que a honestidade está ligada a grandes atos. Mas podemos ser honestos em pequenas situações do dia a dia. O que você faria, por exemplo, se vivenciasse situações semelhantes às descritas a seguir? Você entra no ônibus e somente os assentos preferenciais estão livres. Você se senta em um deles, mesmo sabendo que são reservados para idosos, gestantes e pessoas com deficiência ou permanece em pé? Você precisa pagar um produto em um supermercado, mas a fila do caixa está enorme. Percebe, no entanto, que tem um amigo mais à frente. Você vai até ele e “fura” a fila ou aguarda sua vez entrando no último lugar? • Cite exemplos de situações do dia a dia em que as pessoas não agem com honestidade. • Comente com os colegas alguma experiência sua, ou de pessoas próximas a você, em que tenha ocorrido um ato de honestidade. (Souza et al., 2013b, p. 74)

Nesta segunda SD, há vários exemplos de situações possíveis no cotidiano. Destacamos os fragmentos “mesmo sabendo que são reservados para idosos” e “fura a fila ou aguarda sua vez”. Ambos os fragmentos são recuperados anaforicamente pelo fragmento discursivo “pessoas que não agem com honestidade”. Este ponto de bastamento ideológico (Tfouni, 2019) permite ao sujeito se identificar em um par de opostos: honesto ou desonesto. Este fragmento atua na linha de um ponto de retroação da cadeia significativa, portanto.

Esta retomada anafórica das realidades possíveis é feita de modo a encaminhar uma interpretação na superficialidade linguística, pois indica ao sujeito-leitor uma leitura dicotômica sustentada por uma moralização rígida. Ao ignorar outras possibilidades em meio às contingências outras que não contemplada nas opções apresentadas, a demanda por optar pela resposta A ou B não admite que haja ou possa haver negociação com uma regra para se conviver com honestidade.

Ao encadear a anáfora em questão o livro indica que toda atitude de cumprimento de regra pautada pelo livro didático é honesta e que toda negociação com uma regra é desonesta. Estes pressupostos são limitados em uma democracia, uma vez que, para a primeira situação por exemplo, o livro didático deixa de explicar a possibilidade que muitas vezes ocorre em haver um lugar preferencial, mas não exclusivo para uma parcela da população, no caso, os idosos. É possível, a exemplo, que por não haver idosos, o lugar preferencial possa ser usado por outra parcela da população.

Há um cálculo razoavelmente imprevisto em uma situação como esta e que o livro não aborda. A própria SD traz a possibilidade de debater a diferença de rumo do sentido entre assentos “preferenciais” e “reservados”. A lacuna entre este cálculo das formações imaginárias operado pelo livro didático nesta atividade desconsidera que o que o sujeito desconhece não é tão claro, nem mesmo lhe permite um lugar, uma vez que as contradições são apagadas em favor de uma moralização resultante da demanda por uma escolha dicotômica.

Ou seja, diante da possibilidade de discutir essas possíveis contradições, o livro didático já apresenta respostas prontas para situações que supõem universais. Isto é feito por meio de uma aposta implícita, a de que a honestidade está em pequenos atos. Esta evidência é sustentada pelo efeito de sentido implícito no enunciado “pensamos que a honestidade está ligada a grandes atos”. A esta aposta implícita somam-se efeitos de sentido de expressões clichês, tais como “se cada um fizer sua parte”, “meu direito começa onde termina o do outro”, etc. O encaminhamento deste lugar para o sujeito-aluno da EJA segue:

SD3 - Trocando ideias. • Que tipo de reportagens e notícias você costuma ler em jornais e revistas? • Observando a organização do texto a seguir, você diria que se trata de conto, reportagem ou relato de memórias? De olho no tema. Ética. Honestidade muda vida de moradores de rua. Casal que encontrou e devolveu R\$ 20 mil, em São Paulo, visita parentes em Andará e sonha acordado com recomeço: emprego, casa, comida e estudos. (Souza et al., 2013b, p. 75)

A demanda para que o sujeito-leitor reconheça direitos fundamentais (“emprego, casa, comida e estudos”) como recompensa para uma atitude considerada honesta sustenta uma formação imaginária de grande aposta em uma espécie de premiação para o sujeito-aluno. Este efeito ideológico se sustenta por uma crença imaginária, recortada de um lugar do interdiscurso (Pêcheux, 1988) de que a vida do

cidadão brasileiro estaria tão fadada ao insucesso que, tal como uma sina, somente uma atitude certa tomada em um acontecimento extraordinário o salvaria, tal como um gênio da lâmpada. Reside neste ponto, outro efeito de anterioridade, do interdiscurso, neste ponto por uma marcação simbólica da moral da história e da fábula em uma narrativa. Voltaremos a isto.

Por sua vez, o valor de controle das contingências (“Se tenho oportunidade de mostrar minha honestidade, prospero” ou “Se não tenho oportunidade de mostrar minha honestidade, não prospero”) novamente instala um dilema ao sujeito. A possibilidade do sujeito que “sonha acordado com recomeço” se sustenta pelo enunciado implícito “se e somente se X” que, no caso, equivale X a “ser honesto”. Afinal, “honestidade muda vida de moradores de rua”. Uma vez que muda a vida de moradores de rua, poderia mudar de toda a população. O valor de “honestidade” como agente da ação confere a este fragmento linguístico-discursivo o efeito de sentido de que um meta-código muda a conduta. A honestidade aparece ali saturada por um sentido literal, como se fosse possível acessar um sentido compartilhado de forma homogênea.

O destaque para o caso exemplar, para a óbvia constatação de que este caso se destaca em um “mar de lama de desonestidade” (expressão nossa) aparece em:

SD4 - 4. Em sua opinião, por que esse fato mereceu ser levado ao conhecimento público? [...] 6. Você acredita que a atitude do casal foi correta? Por quê? (Souza et al., 2013b, p. 77)

O percurso das perguntas que já trazem as respostas mais verdadeiras, pois a própria pergunta já antecipa, na SD4, que “a atitude do casal foi correta” desconsidera a polissemia em torno de “encontrou e devolveu”. Em sociedades muito desiguais, como no caso do Brasil e de outros países da América Latina, é sabido, há um percurso histórico que indicia o valor do verbo “achar, encontrar” para riquezas. No Brasil há um slogan que circula no imaginário que diz “achado não é roubado”. Ora, de que forma ouro e o petróleo são e/e foram “achados”? Esta moralização do sujeito pela honestidade no cotidiano vai sendo disciplinada de uma forma que não lhe oferece espaço para o contraditório de que dependeria o alcance de aprofundamentos históricos que lhe permita fazer isso. Isso denominamos moralização disciplinar pela honestidade do sujeito EJA.

Algumas páginas adiante em uma seção denominada “Leitura 2” aparece uma fábula intitulada “O lenhador honesto”. Em suma, a narrativa mostra a rotina de um lenhador que ao descansar à beira d’água e o machado cai ao fundo do rio. A fada do rio encontra um machado de prata e um de ouro e ele nega que sejam dele pois o dele era de aço. Dado este gesto de honestidade, após um terceiro mergulho em que o machado é encontrado o lenhador é recompensado com o retorno do machado perdido e pelos outros dois. Após mencionar autores de fábulas como Esopo e Monteiro Lobato, na página seguinte há uma pergunta, de número seis, nas atividades:

SD5 - 6. A maioria das fábulas possui uma frase em seu final, conhecida como “moral da história”. Crie uma frase que expresse a moral da fábula “O lenhador honesto”. Em seguida, monte com os colegas um cartaz com as frases criadas pela turma para expor em um mural. (Souza et al., 2013b, p. 84)

Como se nota, na SD5 é mobilizada a fábula sobre um lenhador. Ao apresentar a narrativa em questão como fábula e enfatizar uma “moral da história”, são desconsideradas as diferenças entre as condições de trabalho de um lenhador que vive uma rotina de subsistência e o trabalho alienado no espaço urbano.

Esta desconsideração é cara à questão que estamos abordando. A busca por “uma moral da história” se alinha ao mecanismo ideológico mais amplo de moralização pela honestidade. Ao apagar a base material que diferencia no modo de produção capitalista os distintos valores simbólicos das diversas ocupações, a SD5 faz parecer que o trabalho é uma categoria universalmente significada. Ocorre que não é. O trabalho de lenhador difere de vários outros ofícios.

Para além do fato de que a SD5 cristaliza uma imagem de trabalhador braçal e a evidencia como única possível para o interlocutor sujeito-aluno da EJA, trata-se d’o “lenhador honesto”. Esta designação parte do pressuposto de que o sujeito-aluno estaria interpelado pelo desconhecimento acerca da honestidade, que o livro didático lhe proferiria. Trata-se de um mecanismo do desconhecimento ideológico (Pêcheux, 1996). O sujeito é interpelado por um não saber ao qual não tem acesso e o lugar do Outro ocupado pelo livro didático lhe esclarece.

Ao pedir que o sujeito-aluno exponha “uma moral da história” em um cartaz, podendo ser qualquer moral, a SD5 não lhe permite uma reflexão mais ampla de natureza Ética e Política.

Além disso, em seguida, insere uma fábula que em forma de diálogo mostra uma raposa que ao visitar a floresta e disfarçar seu interesse por mel ao encontrar uma abelha, é conduzida por esta até uma caixa de marimbondos que a atacam. Em seguida aparece a SD6:

SD6 - **Moral:** contra a esperteza, esperteza e meia (Souza et al., 2013b, p. 86)

A SD6 nos mostra com a moral da história da fábula um regime de moralização do sujeito-aluno da EJA que resgata a tríade cordialidade, jeitinho e malandragem. Isto porque a malandragem, personificação do jeitinho, é encarnada pela abelha, que obtém sucesso levando vantagem sobre a vantagem aparentemente exercida pela raposa.

Há uma simplificação do campo da Ética, reduzida a uma moral, cuja simplificação parece contornada somente na SD 7, quando o termo Ética aparece, em

uma seção especial, seja em destaque no início de uma atividade ou no canto superior direito da página.

SD 7 - TROCANDO IDEIAS. DE OLHO NO TEMA. ÉTICA. Diversas pessoas dependem do transporte coletivo em nosso país. • Você utiliza esse tipo de transporte? Em quais situações? • Que tipo de atitudes devemos ter ao utilizar o transporte público? • Você respeita as filas e os lugares preferenciais? Converse com os colegas a respeito dessas questões. (Souza et al., 2013b, p. 127)

O livro didático, ao insistir em um script de perguntas repetitivas fundamentadas em situações cotidianas semelhantes reduz Ética a uma troca de codificações morais. Por sua vez, a pergunta de fechamento (“você respeita as filas e os lugares preferenciais?”) em uma situação de conversa com colegas indicia um sujeito vigiado ao qual pouco espaço deixa para a posição de intérprete.

Notamos também questões que convocam o sujeito-aluno da EJA a desempenhar um papel social, que entendemos como o lugar discursivo do comportamento de deferência, já que perguntam “Em quais situações? • Que tipo de atitudes devemos ter ao utilizar o transporte público?”, o que ratifica o que discutimos em Pereira (2021). Neste caso, o lugar destinado ao sujeito-aluno da EJA é o de obediente cumpridor da moralização pela honestidade, por meio de atitudes procedimentais; caso ainda não saiba cumprir os rituais, haveria os comportamentos de deferência para seu refúgio.

## 5. Considerações Finais

As sequências discursivas que relacionam moral e honestidade retomam a promessa na coleção “É bom aprender” (Souza et al., 2013a, 2013b) de um sujeito-aluno de EJA enquadrado em códigos moralizantes promissores de uma autonomia de si.

Esta opção tal como também indicamos nas sequências discursivas aqui analisadas indica que os livros didáticos para EJA analisados supõem que o sujeito-aluno da EJA está imerso em uma ignorância a ser contornada e resolvida por uma seleção prévia, um decalque anterior pelo qual o livro didático garante refúgio para se acercar de uma moralização.

Todavia, como aparece em Pêcheux (1988, p. 220) a “ignorância (que, como se sabe, não é o vazio, mas o retorno do demasiadamente-cheio do impensado) pode tomar diferentes formas, conforme a natureza do aparelho escolar em que essa relação se realiza [...]”. Em outras palavras, onde aparentemente há vazio e o livro didático preenche com sentidos naturalizados por um código moral, continua a haver possibilidades de ruptura contra a saturação do sentido em nome do posicionamento de um sujeito que não se põe servo da naturalização ideológica.

Ao indiciar um sujeito da EJA pela honestidade, estes livros didáticos o assujeitam à forma individual do “bom sujeito” da EJA. Um caminho para

aprofundamento desta análise seria a partir de Tfouni (2019), pela aproximação da noção de bastamento ideológico da noção de significante mestre em Psicanálise na formatação deste “bom sujeito”, que pode se (des)identificar (Pêcheux, 1993) com o lugar de “bom sujeito”.

A fabricação de um lugar para o “bom sujeito” indica um caminho para o sentido de honestidade que espelha ao sujeito um lugar como universal, sem contradições, sem furos nas cadeias significantes que o suportam. Esse lugar aparentemente idílico esconde, todavia, que a demanda dos livros didáticos em questão ao serem atendidas também sedimentam um lugar do sujeito que é um lugar calado.

### Referencias bibliográficas

- Aoki, V. (2013). *EJA moderna: Educação de Jovens e Adultos*. São Paulo/SP: Moderna.
- Assolini, F.E.P. (1999). *Pedagogia da leitura parafrástica*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.
- Barbosa, L. (1992). *O jeitinho brasileiro: a arte de ser mais igual que os outros*. Rio de Janeiro/RJ: Campus.
- Courtine, J. J. (2014). *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos/SP: Edufscar.
- Ginzburg, C. (1989). *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e História*. São Paulo/SP: Cia das Letras.
- Holanda, S. B. (1995). *Raízes do Brasil*. 26ª. ed. Rio de Janeiro/RJ: Companhia das Letras.
- Matta, R. (1997). *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro/RJ: Rocco.
- Preso no Japão Carlos Ghosn, brasileiro que virou ‘titã’ da indústria automotiva. (2018). BBC News Brasil. Recuperado de <https://www.bbc.com/portuguese/geral-46258868>
- Orlandi, E. P. (1996). *Discurso: fato, dado, exterioridade*. In M.F.P. Castro (Org.). *O método e o dado no estudo da linguagem*. (209-219). Campinas/SP. Ed. da UNICAMP.
- Pêcheux, M. (1988). *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (E.P. Orlandi; L.C. Jurado Filho; M.L. Gonçalves Côrrea). Campinas/SP: UNICAMP. (Original publicado em 1975).



- Pêcheux, M. (1996). O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. In S. Zizek (Org.). *Um mapa da ideologia* (143-152). Rio de Janeiro/RJ: Contraponto.
- Pereira, A. C. (2021). Processos de identificação e comportamento de deferência em materiais didáticos para Educação de Jovens e Adultos. *Educação em Revista*, 37, e235056. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698235056>
- Pereira, A.C.; Tfouni, L.V. (2020). O lugar do alfabetizando “trabalhador-consumidor” no livro didático para alfabetização de adultos do Programa Todos pela Educação do Estado da Bahia. In F. E.V. Tfouni; W.J. Bernardo-Santos. (Orgs). *Análise do Discurso e materiais de ensino*. (13-30). Aracaju/SE: Criação editora.
- Souza, C. G., Passos, M. M., Passos, A.M., Bruzaroschi, T. P., Giaretta, L.A., Cavalcante, S.B., Prado, J. S. S. (2013a). *É bom aprender - edição renovada: anos iniciais do ensino fundamental: Educação de Jovens e Adultos - EJA*, 2. São Paulo: FTD
- Souza, C. G., Passos, M. M., Passos, A.M., Bruzaroschi, T. P., Giaretta, L. A., Cavalcante, S.B., Prado, J. S. S. (2013b). *É bom aprender - edição renovada: anos iniciais do ensino fundamental: Educação de Jovens e Adultos - EJA*, volume 3. São Paulo: FTD.
- Souza, J. (2019). *A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro* (edição revista e ampliada). Rio de Janeiro/RJ: Leya.
- Tfouni, F.E.V. (2019). Basteamento ideológico e o processo de identificação-assujeitamento. *Interfaces*, 10(3), 193-204.